Entidade defende garantia do controle estatal sobre o petróleo

Engenheiros da Petrobrás temem fim do monopólio

A Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás), entidade que congrega mais de 2.700 técnicos da empresa estatal — engenheiros, geólogos, químicos, advogados, economistas e agrônomos — está iniciando uma campanha, de âmbito nacional, para consolidar, na futura Constituição, o monopólio estatal do petróleo.

Afirmação é do engenheiro Ricardo Maranhão, diretor da entidade, que está de passagem por Salvador, onde promove contatos com os associados da Aepet, outras associações de classe e lideranças sindicais. "O monopólio estatal do petróleo e a Petrobrás são frutos do maior movimento popular da história do País — a campanha 'O Petróleo é Nosso' —, que, mantendo mobilizados milhares de brasileiros, por mais de cinco anos, superou ate mesmo a recente movimentação de quatro meses pelas "Diretas-Já", explica Ricardo Maranhão.

De acordo com Maranhão, "o monopólio estatal, hoje principio constitucional, consubstanciado no artigo 169 da Carta em vigor, tem sido alvo de sucessivas investidas, promovidas por poderosos interesses, que desejam a sua revogação e a abertura da indústria petrolífera aos capitais internacionais". Citando os projetos dos parlamentares Othon Mader (1955), Adolfo Gentil (1956) e Fou Rosa (1980), além do de número 6969/85, todos repudiados pelo Congresso Nacional, como exemplo dessas investidas, Maranhão afirma que "as pressões tendem a aumentar, com a renegociação da dívida externa e as exigências crescentes dos credores internacionais".

Para Maranhão, "os magníficos resultados da Petrobrás mostram o acerto da política do petróleo, da qual o monopólio estatal é instrumento essencial. Declara o técnico que "muito antes de completar 33 anos, a Petrobrás transformou-se na maior empresa do País, nona companhia em todo o mundo; deu a auto-suficiência ao Brasil em derivados; construiu 10 refinarias com capacidade para processar 1,5 milhão de barris/dia, cerca de 15 bilhões de dólares; construiu mais de 6 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos e uma frota de petroleiros com mais de 5 milhões de toneladas; dominou a tecnologia *off-shore*para exploração e produção de petróleo da Plataforma Continental; formou dezenas de milhares de engenheiros, geólogos e técnicos de nível médio; e elevou a produção brasileira de petróleo de 2.700 para mais de 600 mil barris/dia".

TEXTO CONSTITUCIONAL

— As reservas brasileiras de petróleo e gás natural, respectivamente de 2,2 bilhões de barris e 95 bilhões de metros cúbicos, deverão triplicar-se, a curto prazo, graças às descobertas recentes dos campos de Albacora e Marlin, em águas profundas da Bacia de Campos. Quarta empresa da petróleo mais lucrativa no mundo, a Petrobrás marcha para dar ao Brasil, nos próximos anos, a tão desejada auto-suficiência. Por tudo isso e por muito mais, o monopólio do petróleo e a Petrobrás, indispensáveis à preservação da soberania nacional, precisam ser defendidos —, argumenta.

O artigo 169 da Constituição vigente estabelece que "a pesquisa e a lavra de petróleo, em território nacional, constituem monopólio da União, nos termos da lei". Os técnicos da Petrobrás entendem que o texto constitucional pode ser aperfeiçoado. Nesse sentido, obtiveram, no ano passado, uma grande vitória, ao ver acolhida, por 33 votos contra apenas três, pela Comissão Afonso Arinos, a proposta de redação da Aepet para a questão do petróleo. Desejam os técnicos da Petrobrás incluir, no texto constitucional, o refino, o transporte marítimo e o transporte em condutos, segmentos da indústria de petróleo já monopolizados pela Lei 2.004/53.

Outra modificação pretendida é a exclusão da expressão "nos termos da lei", para evitar que o monopólio possa ser atingido por modificações na lei ordinária. "E preciso, também", afirma Maranhão, "explicitar, no texto constitucional, a questão do gás natural". Para o técnico, este energético, de grande importância econômica e estratégica, está, inquestionavelmente, inserido no monopólio, pela Lei 2.004/53. "Interpretações maliciosas pretendem negar esta evidência", destaca Ricardo Maranhão.

CONTRATOS DE RISCO

A Aepet lutará, também, para que a Assembléia Nacional Constituinte proíba, definitivamente, a assinatura, pela Petrobrás, com empresas estrangeiras, dos chamados "contratos de risco" para pesquisa e exploração de petróleo no território nacional. Estes contratos são considerados "inconstitucionais, ilegais, tecnicamente injustificáveis e politicamente inconvenientes" pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás, que os vem combatendo desde sua implantação, em 1975. A inconstitucionalidade e a ilegalidade dos "contratos de risco" são sustentadas pela Aepet, com base em pareceres de vários juristas de renome, dentre eles Pontes de Miranda, Afonso Arinos, Hely Lopes Meirelles, Euzébio Rocha e Paulo Saboya.

Aqueles contratos são repudiados, também, por todas as entidades representativas da sociedade civil organizada, ligadas ao setor do petróleo. Além da Aepet, repudiam os "contratos de risco" a OAB-RJ, o Clube de Engenharia-RJ, os 18 Sindicatos de todo o País, a Federação Nacional dos Engenheiros (que congrega 21 sindicatos), a Sociedade Brasileira de Geologia, o Secretariado Nacional dos Trabalhadores nas Empresas Estatais, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Coordenação dos Geólogos (Conage) e diversas outras entidades.

Amanhã, às 18 horas, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, estas entidades promoverão um grande ato público de repúdio aos "contratos de risco" e em apoio ao monopólio estatal do petróleo.

Motoristas de ônibus urbanos e intermunicipais decidem parar

A partir da zero hora de amanhã, os motoristas de ônibus urbanos, intermunicipais e das empresas que prestam serviços às indústrias do parque industrial baiano paralisam as atividades por tempo indeterminado. Hoje, a categoria, juntamente com cobradores, despachantes e mecânicos, tem duas assembléias, na sede do sindicato, para avaliar as paralisações-relâmpago ocorridas, ontem, e definir as estratégias que assegurem o êxito do movimento.

Os motoristas estão reivindicando o reajuste salarial na base de 100%, que as empresas relutam em concecer sob o argumento de que para prender a isto precisam ter também as suas tarifas majoradas. Os empresários acreditam que o aumento das passagens dos transportes não pode ser inferior a 100%, acentuando que, desde a implantação do Plano Cruzado, os seus custos só fizeram aumentar, tendo, inclusive, pago dois reajustes de salários aos trabalhadores, enquanto a receita continuou inalterada.

TREGUA DESFEITA

O reajuste tarifário, contudo, depende, no caso dos transportes urbanos, da Prefeitura de Salvador, e nos intermunicipais, da Secretaria dos Transportes (STC) do governo do estado. Até ontem, não havia qualquer entendimento entre as partes envolvidas na questão e, apesar do prefeito Mário Kertész haver declarado que conseguira uma trégua até a próxima quinta-feira, o diretor do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários da Bahia, Osvaldo Marques da Silva, confirmou, ontem, que a greve de amanhã está mantida.

— Só existe um meio de se voltar atrás: os empresários aceitarem as nossas reivindicações. Nós queremos 100% de aumento, porque estamos passando fome e porque precisemos fazer frente a esta escalada exagerada dos preços, promovida pelo falaçado Plano Cruzado. Fora disso, não há possibilidade de entendimento nem como evitar a paralisação —, acentuou.

"UNIDADE DA CLASSE"

Osvaldo Marques disse ainda que "não é problema nosso se os empresários, para dar o aumento, precisam repassar para as tarifas. Isso é uma questão que se resolve entre empresários e o poder concedente. Nunca tomos parte em acordo sobre tarifas. Portanto, o assunto não nos diz respeito".

As paralisações-relâmpago, que a categoria fez ontem — a primeira das 7 às 8 horas, e a segunda de 18 às 19 horas foram consideradas como uma demonstração de "unidade da classe". A adesão, segundo aquele diretor do sindicato, alcançou os 100%, o que serve para demonstrar a força com que motoristas, cobradores, despachantes e mecânicos partem para a deflagração da greve geral por tempo indeterminado.

CUMPRIMENTO DO ACORDO

Na avaliação preliminar do sindicato, não houve qualquer problema nas duas paralisações, além da grande quantidade de populares que se acumulou nos terminais e pontos intermediários de ônibus. A greve vai perdurar, garantiu Osvaldo Marques, apoiado por outros diretores do sindicato, até que os empresarios atendam as reinvidicações.

Além do reajuste salarial de 100%, eles querem também o cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho, firmado em agosto do ano passado, que tem sido descumprido por algumas empresas. Apesar das denúncias feitas à Delegacia Regional do Trabalho, esta não adotou, até então, qualquer providência. "Continuando a proceder como se nada estivesse acontecendo", disse Oswaldo Marques.

Os ônibus intermunicipais também param a partir de zero hora de amanhã. Assim, quem estiver pensando ou precisando viajar para o interior do estado deve procurar um outro meio de transporte. A greve, por tempo indeterminado, se prolonga até o atendimento, pelos empresários, da proposta do reajuste salarial.

Movimento de advertência

A segunda parte da paralisação de advertência, das 18 às 19 horas, teve quase 100% de adesão. Motoristas e cobradores ficaram parados nas proximidades dos terminais e nos terminais da Barroquinha, Lapa, Aquidabã e Rodoviária, inclusive os veículos que não alcançaram os pontos finais, estacionaram a fim de apoiar a greve por melhorias salariais.

Os passageiros que estavam viajando nos ônibus permaneceram sentados, aguardando o final de uma hora do movimento do Sindicato dos Rodoviários. Os pontos de ônibus estavam superlotados, como se registra na Sete Portas, igualmente em outros locais de grande movimento de embarque e desembarque de passageiros. A paralisação de uma hora decorreu sem anormalidades, até porque os passageiros, alguns surpresos porque desconheciam a greve, encararam com tranqüilidade a campanha dos rodoviários.

SEM PROVOCAÇÕES

No Terminal da Lapa, antes mesmo da chegada aos pontos, os motoristas decidiram iniciar, faltando 15 minutos, a "operação tartaruga", no cotomo do Dique do Tororó, conduzindo os ônibus em marcha lenta, a fim de alcançar o terminal às 18 horas em ponto. A entrada da Lapa, os motoristas que chegaram primeiro atravessaram os ônibus de diversas empresas no acesso, impedindo que outros chegassem, até onde os passageiros desembarcariam. Assim, houve engarrafamento e os ônibus deixaram de circular. Os passageiros ficaram sentados no passeio da Estação da Lapa, aguardando dar 19 horas, quando os coletivos voltaram a trafegar.

Indústrias serão afetadas

A paralisação, por tempo indeterminado, dos motoristas das empresas de transporte, impedirá que aproximadamente 40 mil trabalhadores do parque industrial baiano, principalmente do Pólo Petroquímico de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu, cheguem ao local de trabalho. "O Pólo pode parar, porque não há outro meio de locomoção", observou o presidente da Associação Baiana de Empresas de Transporte Rodoviário (Abemtro), Luis Mendonça Filho.

Ele concorda com a reivindicação dos trabalhadores, que pedem 100% de reajuste salarial, sustentando que as empresas estão dispostas a atender à reivindicação, mas que precisam de um tempo a fim de proceder as negociações com o governo do estado — para o reajuste das tarifas intermunicipais — e com o Comitê de Fomento às Indústrias de Camaçari (Cofic — para rever os contratos firmados com as empresas do Pólo.

SERIEDADE

Mendonça frisou que todo e qualquer movimento por melhoria salarial precisa ser encaradó com seriedade e respeito por causa da inflação "que o empresário sente, quanto mais o trabalhador que não possui a nossa elasticidade". No entanto, observa que a inflação "que o empresário não tem mais condições de suportar o acréscimo deste custo sem que seja autorizado o repasse.

Para o presidente da Abemtro, as empresas só têm condições de atender ao pleito dos trabalhadores se houver o reajuste tarifário de 50%, para o transporte intermunicipal. No caso dos contratos com as indústrias do Pólo Petroquímico, a situação é mais crítica, tendo em vista que, conforme informou, os preços estão mais defasados. Seria preciso, neste caso, um reajuste de 200% sobre os preços praticados atualmente.

— Nossos custos foram bastante onerados com os dois reajustes salariais que concedemos aos motoristas após a implantação do Plano Cruzado, e que não foram repassados para as tarifas. O pior é que nem o governo, nem o Cofic estão sensibilizados, enfatizou o empresário.

ENTENDIMENTO

Ele tem buscado entendimento com os representantes do Cofic, que se comprometeram, após um encontro realizado na sexta-feira, a dar uma resposta sobre a questão nesta segunda-feira. Quanto ao governo, anunciou que no decorrer da semana a Abemtro está encaminhando a Secretaria dos Transportes do Estado as planilhas de custos, incluindo os percentuais dos reajustes de salários.

— Para nós não haveria problema em dar o aumento aos trabalhadores, desde que o custo seja repassado. No entanto, a situação das empresas do setor, hoje, não permite a nenhuma delas assumir mais este custo, porque os aumentos anteriores implicaram em prejuízo para as empresas, ao longo dos últimos 14 meses, de Cz$400 milhões, inviabilizando a renovação e ampliação da frota existente no Bahia, cujo estado de conservação é precario, pois tiveram um ano a mais de envelhecimento. Este prejuízo vem sendo financiado através da rede bancaria a juros de até 500% ao ano, disse Mendonça.

O envelhecimento da frota (a idade media dos ônibus que servem ao Pólo Petroquímico de Camaçari é de seis anos), conforme salientou Luis Mendonça Filho, compromete a segurança e a regularidade. A maior parte dos acidentes ocorridos, segundo ele, é consequência direta do mau estado dos veículos, cuja vida útil é de sete anos. Ele enfatizou que, sem tal lucro, as empresas não podem continuar operando. Elas — garantiu — descapitalizadas, operam em vermelho, e não tem mais crédito na rede bancária. "Esta situação levou as empresas do setor ao suloco e a paralisação.

Apenas as unidades de emergência funcionam no Antônio Simões

Médicos mantêm a greve

O Hospital Antônio Simões ou Hospital do Servidor Municipal continua com as suas atividades paralisadas, pois os médicos mantêm a greve que atinge os postos de saúde, localizados na periferia. Como os postos periféricos, de vocação para atendimento de emergência, não dispõem de condições físicas e materiais há algum tempo, os 277 médicos em greve decidiram manter em funcionamento apenas o serviço de emergência no Hospital do Servidor.

O Sindicato dos Médicos — Sidemed, e a Associação Baiana de Médicos — ABM, sobretudo a primeira entidade, acompanham e apóiam o movimento que está baseado nos seguintes itens: isonomia salarial com os profissionais do INAMPS; condições de trabalho e melhoria de atendimento à clientela. Até agora, o impasse não foi solucionado pela prefeitura, pois não há qualquer sinal de avanço para que o movimento, que vai se prolongar por tempo indeterminado, possa ter uma perspectiva de chegar a um final.

BAIXA OCUPAÇÃO

Os leitos do Hospital do Servidor estão com pequena ocupação. Ali somente funciona um pronto-socorro para atender as emergências. Ontem, pela manhã, a comissão de greve esteve no local e como a adesão foi 100% os líderes do movimento retiraram-se. Para quarta-feira, está convocada assembléia de avaliação da greve.

No acesso e no salão de recepção do hospital estão fixados cartazes com várias mensagens do tipo "Melhores condições de trabalho — Sindicato dos Médicos"; "Quando vai melhorar?"; "Agora, prefeito queremos soluções"; "Esta Greve é Justa, Senhor prefeito?"; "Pagamento do 13. Mês?", dentre outras.

A aparência do hospital é de que não existe qualquer presença de funcionários, devido à calma e silêncio no ambiente. No entanto, apenas estão em greve os médicos (num total de 277 profissionais) que prestam serviços a prefeitura, incluindo os postos de saúde localizados na periferia de Salvador.

Expectativa da STU

O movimento reivindicatório dos motoristas de ônibus de Salvador deverá continuar, mas a expectativa é de que não haja a paralisação geral anunciada para amanhã, informou o secretário dos Transportes Urbanos, Horácio Brasil. Ele passou o dia em contatos com motoristas e acompanhando nas ruas a movimentação.

Os motoristas marcaram para hoje uma assembléia geral para discutir os últimos acontecimentos em torno das negociações e se negtiveram dispostos a continuar conversando com os empregadores sem tirar os ônibus das ruas, ou causando algum transtorno para a cidade. "Certamente andarão com as luzes acesas ou realizarão passeatas, mas acredito que não haverá paralisação na cidade", disse Horácio Brasil, que vem adotando uma postura de mediação entre as duas partes.

A Secretaria de Transportes Urbanos acompanhou atentamente, através da sua fiscalização e de contatos mantidos pelo secretário Horácio Brasil, a greve de advertência de uma hora, realizada na manhã de hoje, para evitar qualquer tipo de excesso. O secretário diz, no entanto, que tudo está transcorrendo num clima de multacividade.

Segundo o secretário, a paralisação foi realizada num horário de pique, mas não causou maiores problemas, uma vez que logo em seguida ao horário marcado pelos motoristas para a movimentação, os ônibus voltaram a circular normalmente, apenas com as luzes acesas para demonstrar seu protesto.

As negociações entre empresários e empregados prosseguem amanhã, informou o secretário Horácio Brasil. A postura da Prefeitura de Salvador continuará, explica ele: sendo a de mediadora, sem nenhuma interferência direta no movimento.

Forte de Santo Antônio está em pleno abandono

Os artistas, capoeiristas e artesãos, que trabalham no Centro de Cultura Popular (Forte de Santo Antônio), promoveram, a partir das 9 horas de ontem, uma operação mutirão para limpeza geral do prédio, que não recebia uma faxina geral há mais de dois anos.

Na verdade, o forte, que, segundo as histórias oficiais e oficiosas, data do século XVI e já serviu de abrigo aos negros malês — que ali queriam fazer um templo de religião islâmica — transformou-se em edificação militar na época das invasões holandesas e francesas. Depois, virou Casa de Correção, confinando os insurrecionistas da Revolta dos Malês, dos Búzios e outras. Hoje, ele, está praticamente abandonado pelos órgãos públicos, e os artistas, que há cinco anos trabalham no Centro de Cultura Popular ali instalado dividem o espaço com o lixo, entulhos, ratos e toda a sorte de animais nocivos.

O Forte de Santo Antônio está ligado ao Instituto do Patrimônio Artístico Cultural IPAC, mas os integrantes do Centro de Cultura Popular garantem que o instituto não lhes dá a mínima assistência e não colabora com nenhum dos projetos por eles apresentado. "Falta atenção e interesse pela cultura na Bahia. O Centro de Cultura Popular é formado por grupos alternativos que deveriam contar com o apoio de entidades culturais e órgãos públicos administrativos", afirma Morais, mestre do Grupo de Capoeira Angola Pelourinho. Para ele, como para os demais artistas, o abandono do Centro por parte do IPAC tem por objetivo criar pretexto para a tomada do espaço por parte dos órgãos oficiais. A finalidade seria transformá-lo, talvez, em um local de apresentações folclóricas, a exemplo do que aconteceu com a Academia de Mestre Pastinha, hoje Teatro de Arena do Pelourinho, e demais dependências do Cenac.

"Já sabemos que a Polícia Militar e as Voluntárias Sociais andaram tentando disputar este espaço", informa Jorge Walusi, professor do Grupo de Dança Bandafro. Apesar disso, eles estão dispostos a conservar o espaço e, mesmo sem a assistência do IPAC, vão fazendo o que está a seu alcance para melhorar as condições físicas do prédio. Colocaram, por exemplo, tapumes de madeirite nas janelas, a fim de evitar que as salas padeçam à ação do tempo, e resolveram retirar o lixo e os entulhos de mais três salas que estavam desativadas, e cujas portas também receberão tapumes, para evitar a entrada de pessoas estranhas e a colocação de lixo em seu interior.

Bloco homenageia este jornal

O bloco carnavalesco "Frenesi" está promovendo, todas as quintas-feiras, karaokê, em sua sede, na Rua Barão de Itapuã (Barra). Na última quinta-feira, o bloco que está promovendo ser o mais animado deste Carnaval, prestou uma homenagem a A TARDE, fazendo a entrega de uma placa. O jornal esteve representado, na oportunidade, pelo jornalista Alexandre Ferraz. O "Frenesi" conta este ano com o tecladista Ademar Andrade, considerado como o maior do Norte e Nordeste. Kleber Ramos, presidente do bloco, promete muitas novidades, principalmente musicais. Primeiro bloco a utilizar computador para o controle da sua administração, o "Frenesi", com a sua "Banda Furta Cor", promete estar nas ruas já na primeira semana de fevereiro.

Caravana oficial retorna do Benin sem Gilberto Gil

Retornou ontem a Salvador a delegação baiana que passou uma semana visitando a República Popular do Benin, a convite do governo daquele País. Durante a visita, da qual participaram o prefeito Mário Kertész (que retornou antes ao Brasil) e o presidente da Fundação Gregório de Mattos, Gilberto Gil, foram assinados diversos convênios de cooperação e intercâmbio cultural. Os brasileiros participaram das atividades da Semana do Brasil no Benin, desenvolvendo ainda um intenso programa de visitas a monumentos arquitetônicos e históricos, confirmando, a cada passo, parentesco cultural entre a Bahia e as nações que compõem a República Popular do Benin.

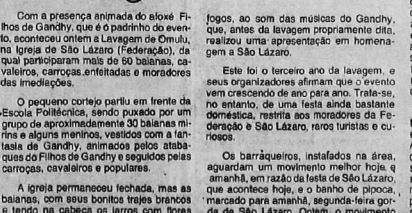
Os balanos visitaram as cidades de Cotonou, capital do Benin, Uidah, Saké pé e Porto Novo, constatando a forte influência brasileira na cultural local. A visita incluiu a ida a templos e centro religiosos. Em todos os locais, a delegação baiana foi recebida com homenagens, especialmente a Gilberto Gil, o artista internacional de maior sucesso no Benin, aos pais-de-santo Balbino, Stela e Moacyr, e a Pierre Verger.

Gilberto Gil, que passou a chefiar a delegação baiana após o retorno do prefeito Mário Kertész, também retornou ao Brasil, mas desembarcou no Rio de Janeiro.

Loteria Federal

São Paulo (AE) — Resultados do sorteio de ontem, da Loteria Federal:

1 - 13.277; 2 - 37.895; 3 - 68.154; 4 - 23.027 - 5 - 38.623.



Presença do afoxé Filhos de Gandhy animou a festa de Omulu

Flores e água de cheiro na Lavagem de S. Lázaro

Com a presença animada do afoxé Filhos de Gandhy, que é o padrinho do evento, aconteceu ontem a Lavagem de Omulu, na Igreja de São Lázaro (Federação), da qual participaram mais de 60 balanas, cavaleiros, carroças enfeitadas e moradores das imediações.

O pequeno cortejo partiu em frente da Escola Politécnica, sendo puxado por um grupo de aproximadamente 30 balanas mirins e alguns meninos, vestidos com a fantasia de Gandhy, animados pelos atabaques do Filhos de Gandhy e seguidos pelas carroças, cavaleiros e populares.

A igreja permaneceu fechada, mas as balanas, com seus bonitos trajes brancos e tendo na cabeça os jarros com flores e água-de-cheiro, tomaram conta das escadarias. Enquanto isto, os promotores da festa realizavam uma animada quelima de fogos, ao som das músicas do Gandhy, que, antes da lavagem propriamente dita, realizou uma apresentação em homenagem a São Lázaro.

Este foi o terceiro ano da lavagem, e seus organizadores afirmam que o evento vem crescendo de ano para ano. Trate-se, no entanto, de uma festa ainda bastante doméstica, restrita aos moradores da Federação e São Lázaro, raros turistas e curiosos.

Os barrãqueiros, instalados na área, aguardam um movimento melhor hoje, à amanhã, em razão da festa de São Lázaro, que acontece hoje, e o banho de pipoca, marcado para amanhã, segunda-feira gorda de São Lázaro. Ontem, o movimento foi fraco e, até o momento da lavagem, poucas barracas tinham sido ocupadas por foliões e devotos de São Lázaro.

Cientista Paulo Alvim não está mais na Ceplac

Itabuna (Da Sucursal Sul) — O cientista Paulo Alvim anunciou oficialmente ontem seu afastamento da chefia do Centro de Pesquisas do Cacau (Ceplac) e da Coordenação Técnico-Científica da Ceplac. Na última sexta-feira, ele encaminhou correspondência ao secretário geral do órgão, João Carlos Monteiro, onde observa que seu pedido é de caráter irrevogável.

No comunicado, o cientista afirma que pretende, com esta atitude, deixar a nova administração da Ceplac com plena liberdade para introduzir as modificações que julgar necessárias para aperfeiçoamento do órgão. "Mantenho bom relacionamento com o secretário João Carlos Monteiro, mas decidi deixá-lo à vontade para que a Ceplac tenha novo caminho em termos de pesquisa", explicou Alvim.

Ontem, antes de embarcar com destino a Ghana, o cientista informou que viajava a convite do governo africano para prestar assistência técnica aos lavradores daquele País. Ghana é um grande produtor de cacau, mas abandonou completamente a pesquisa. Por isso, os agricultores estão enfrentando sérias dificuldades econômicas, que deverão ser solucionadas com a ajuda do Banco Mundial".

Alvim ressaltou também que pretende, a partir de agora "me dedicar exclusivamente às minhas pesquisas. A Ceplac possui nos seus quadros excelentes profissionais, que podem me substituir. Espero que o órgão continue investindo na pesquisa e divulgue mais trabalhos técnicos, tendo à frente pessoas reconhecidamente como cientistas". O pesquisador Percy Cabala Rosand também pediu seu afastamento da função de substituto de Alvim no Cepec.